

PUBLICAÇÃO DIÁRIO-AM-31/03/2025

Upa Campos Sales

CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
DEZEMBRO/2025

UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL				
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H – CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)					Patrimônio Social				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)					Superávit / (Déficit)				
BALANÇO PATRIMONIAL					Social				
Notas					Acumulado				
2024					2023				
2023					Total				
ATIVO CIRCULANTE					Saídos em 31/12/2022				
Caixa e equiv. de caixa	4	393.848	1.386.874		Incorporação ao Patrimônio Social	(2.182.804)	2.182.804	-	
Contas a receber	5	8.364.430	7.915.917		Transferências	1.349.233	-	1.349.233	
Estoques	6	2.196.010	1.649.568		Superávit / (Déficit) do Exercício	-	148.355	148.355	
Outros créditos		26.967	51.911		Saídos em 31/12/2023	(188.839)	148.355	(40.484)	
Partes relacionadas	12	1.050.967	593.742		Incorp. ao Patrim. Social	148.355	(148.355)	-	
Contratos de gestão	3m	7.915.917	23.747.751		Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(1.750.761)	(1.750.761)	
Total do Ativo Circulante		19.948.139	35.345.763		Saídos em 31/12/2024	(40.484)	(1.750.761)	(1.791.245)	
NÃO CIRCULANTE					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO				
Outros créditos		4.432	4.432		2024				
Imobilizado – Próprio	7	1.070.862	1.200.281		ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Total do Ativo não Circulante		1.075.294	1.204.713		Superávit / (Déficit) do Exercício	(1.750.761)	148.355		
Total do Ativo		21.023.433	36.550.476		Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa				
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL					Depreciação/Amortização	129.419	52.794		
Partes relacionadas		3.688.670	3.356.151		Transferências	-	1.349.233		
Patrimônio Social		(40.484)	(188.839)		Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	(1.621.342)	1.550.382		
Superávit (déficit) acumulado		(1.750.761)	148.355		(Aumento) / Redução do Ativo				
Total do Patrimônio Social		(1.791.245)	(40.484)		Contas a Receber	(448.513)	-		
Total do Passivo e Patr. Social		21.023.433	36.550.476		Estoques	(546.442)	(436)		
					Outros Créditos	24.944	25.757		
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					Aumento / (Redução) do Passivo				
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais					Fornecedores	376.964	(1.072.342)		
A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM, b. Contrato de Gestão: Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantropia. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por.					Obrigações Trabalhistas	1.115.124	904.587		
Ambito					Obrigações Sociais	11.666	143.766		
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970			Obrigações Fiscais	(52.174)	97.276		
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1989	DOE de 19/11/1989			Outras Contas a Pagar	271.453	358.326		
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967			Ajustes Patrimoniais	-	-		
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c. Déficit do Exercício de 2024: Em 2024 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$1.750.761 no exercício.					FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)				
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 26 de Março de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda					PELA ATIVIDADE OPERACIONAL				
Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.					ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vençidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:					Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível				
Taxa Anual de Depreciação - %					Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível				
Aparelhos Med. e Cir.					FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO				
Benefetórias					PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Máquina e Equipamentos					Partes Relacionadas				
Móveis e Utensílios					FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)				
Eq. Informática					PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração re-					AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
					No início do exercício				
					Nofim do exercício				
					Caixa e Equival. de Caixa no Fim do Período				
					1.386.874				
					393.848				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				
					1.375.035				
					11.839				
					1.386.874				
					(993.026)				

Continuação...		Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo.				2024	2023
o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.		Contrato de gestão 001/2019		2024	2023	Serviços de gestão	
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		Total Circulante		8.364.430	7.915.917	(840.000)	
		AgingList		8.364.430	7.915.917	(348.434)	
		De 06 a 15 dias		2024	2023	(1.077.641)	
		De 16 a 30 dias		-	2.638.639	(147.578)	
		De 31 a 60 dias		2.313.639	2.638.639	(3.435)	
		De 61 a 90 dias		2.313.639	-	(66.388)	
		De 91 a 180 dias		1.423.513	2.638.639	(2.483.476)	
		De 181 a 360 dias		-	-	(2.095.611)	
		+ de 360 dias		-	-		
		Total		8.364.430	7.915.917		
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Os recursos obtidos para gestão da UPA são administrados pela mesma gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por força do mesmo contrato de gestão, portanto são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.		6. ESTOQUES		2024	2023	15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.	
5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a		Drogas e medicamentos		586.127	321.457	2024	
		Materiais de uso do paciente		256.082	189.286	2023	
		Fios cirúrgicos		13.568	10.265	2.536.054	
		Limpeza e higienização		98.496	53.425	2.536.054	
		Materiais de laboratório		166.469	129.324	949.910	
		Demais materiais		186.732	181.392	949.910	
		Estoque cedidos pela SES/AM (i)		1.307.474	885.149	3.485.964	
		Total		2.196.010	1.649.568	2.536.054	
		(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.				2.009.839	
7. IMOBILIZADO						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	
						949.910	
						3.485.964	
						2.536.054	
						2.009.839	
						949.910	

Continuação... Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto: **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. Outros assuntos: **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2024, sem modificações. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025. PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 // Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 218102

DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS

diario.imprensaoficial.am.gov.br

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO